

Ceilândia apresenta marca registrada

O pé fincado no comércio local e os projetos voltados para o mundo. Com desejo de globalização, os empresários de Ceilândia começam a se adaptar às regras de qualidade do mercado mundial. Daqui a uma semana, os melhores produtos fabricados na cidade terão uma identificação. Um selo azul, desenhado com sete estrelas, traz a identificação: *Made in Ceilândia*. O que a maior cidade do Distrito Federal produzir será para o conhecimento de todos.

Para começar, a Associação Comercial de Ceilândia (Acic) confeccionou 30 mil selos. Eles estarão fixados nas mercadorias de 30 empresas da cidade. Vassouras, antena de televisão, massa para pastel, calçados e cocada são alguns dos artigos marcados. E há muito mais coisa. No que depender de variedade, os consumidores não têm o que reclamar. E, segundo o presidente da Acic, Álvaro Iaccino, a qualidade também é garantida.

Para receber o selo, os produtos passaram por uma pesquisa de opinião pública, feita pela associação. As mercadorias que os consumidores da cidade reconheceram como de qualidade satisfatória foram as classificadas. "Esse será o nosso emblema", definiu Álvaro. As sete estrelas do selo têm o mesmo formato da caixa d'água principal da cidade.

Marcar os produtos locais não trará, de imediato, nenhum lucro para os empresários. A primeira aposta do projeto é estimular a auto-estima dos consumidores ceilandenses. "As pessoas gostam do produto, mas não fazem idéia que

Nehil Hamilton



Iaccino mostra produtos com a marca *Made in Ceilândia*: selo formado por estrelas imita caixa d'água da cidade

ele é produzido perto da sua casa. Quando tomarem consciência disso, vão valorizar mais a nossa produção", explica Iaccino.

EXPORTAÇÃO

Firmando-se no mercado de casa, os empresários querem ganhar o mundo. Os artigos com a marca local já são vendidos em todo o Distrito Federal, Entorno, Manaus, Bahia e Tocantins, entre outros estados brasileiros. Há interesse em conquistar mercados no exterior,

mas são planos remotos.

Mesmo projetando Ceilândia no mercado nacional, os empresários da cidade não têm qualquer incentivo por parte do Governo do Distrito Federal (GDF). Floriano Barroso, 42 anos, emprega seis pessoas na sua fábrica de antenas de televisão. Além do DF e Entorno, o seu produto também chega em lugares mais distantes, como Manaus e Tocantins. Por mês, são produzidas cerca de 750 antenas. As condições de trabalho, entre-

tanto, deixam a desejar.

A fábrica de Floriano está instalada na Q 04, no Setor Industrial de Ceilândia, há dois anos. Durante todo esse tempo, o empresário nunca teve direito a um ponto de luz e uma linha telefônica. Esses serviços simplesmente não chegam à sua quadra. Para conseguir trabalhar, ele teve que pedir a colaboração de vizinhos e fazer uma gambiarra. "O ponto de luz só foi ser instalado esse mês. Mas o meu imposto nunca diminuiu um centavo

porque não tinha esse serviço", queixa-se.

INCENTIVO FISCAL

A situação de Ronaldo Caetano, 39 anos, é ainda mais difícil. A sua empresa produz uma média de 30 mil massas para pastéis por mês. Os produtos estão espalhados na maioria das lojas de pequeno e médio porte do DF. Só que para trabalhar ele teve que alugar o lote em uma quadra residencial. E enfrenta todas as dificuldades por ser o estranho no ninho. "É uma negociação constante com os moradores. Sei que é um incômodo, mas não tenho alternativa", define.

Apesar de todas as suas tentativas, Ronaldo não consegue um lote no Setor de Indústria. "Aquela área está abandonada, sem polícia, sem iluminação. Estamos conseguindo projetar o comércio de Ceilândia pelo nosso esforço conjunto", diz Ronaldo.

A principal queixa dos empresários, entretanto, é sobre a falta de uma política de incentivo fiscal. Segundo eles, o governo não se preocupa em estimular os pequenos e médios comerciantes das cidades vizinhas. "Pagamos taxas altíssimas de impostos e não há qualquer negociação sobre isso", critica Floriano.

Segundo a Secretaria da Fazenda, uma política de incentivo fiscal já está sendo elaborada pela equipe do governo. Para o Subsecretário da Receita, Eduardo Alves, o primeiro passo foi dado desde o início do mês, com a aprovação pela Câmara Legislativa da lei 191, que reduz as multas fiscais e os juros moratórios para os empresários que atualizarem suas contas.